ACESSIBILIDADE DOS HOTÉIS NA PRAIA DE PIPA- RN

Anna Fernandes da Silva
Bianca Simplício de Brito
Joelma Guedes Temoteo
José Rodrigo Lima Torres
Priscila Araújo Costa

RESUMO: Abordaremos a acessibilidade dos hotéis na praia de Pipa, pela elaboração e aplicação de questionário, buscando mapear os pontos positivos e negativos para o presente momento apenas por conhecimento, mas futuramente se assim desejarmos procurar soluções para os problemas encontrados. Conferimos que a praia de Pipa é um destino turístico muito procurado por jovens, adultos e até mesmo por idosos para seu lazer e diversão. Com paisagens naturais estonteantes, Pipa só deixa a desejar quando se trata de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Palavras-chaves: Acessibilidade; Deficientes; Hotéis.

INTRODUÇÃO

"Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas". (art. 1 – ONU, 2006).

Desde os primórdios da humanidade, pessoas com deficiência sofrem com preconceitos e exclusões. Embora tenhamos evoluído e até criado leis que busquem diminuir esses impactos, essas mudanças ainda andam a passos lentos.

Se em 1856, foi construído o Instituto dos Surdos Mudo hoje mais conhecido como Instituto Nacional de Educação dos Surdos, somente mais de 100 anos depois, na década de 80, que surge a (CONADE) Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com o intuito de impulsionar a luta pelos direitos da pessoa com deficiência.

Uma dessas lutas, que está bastante atual é a busca pela acessibilidade, palavra que vem do latim accessibilitate, com o significado de facilidade no acesso. A Lei Federal 10.098/2000, Artigo 2º, Inciso III sobre acessibilidade define que "a

pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é a que temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo".

Porém o decreto nº 5.296/2004 (NBR 9050:2004) define como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com base nesse decreto o Ministério do Turismo está buscando maneiras de fiscalizar e regular os estabelecimentos, para que faça jus ao nosso direito de ir e vir a qualquer pessoa que possua ou não algum tipo de deficiência seja ela física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla.

METODOLOGIA

A pesquisa foi aplicada no Município de Timbau do Sul – RN (80 km de Natal) na Praia de Pipa, no dia 04 de Março do corrente ano. Teve como intenção verificar a acessibilidade dos hotéis, onde foram escolhidos 15 para serem aplicados questionários com os funcionários e observar se possuem a estrutura necessária para receber e hospedar pessoas com deficiência.

Foi uma pesquisa quantitativa e exploratória, usando o recurso de dados bibliográficos e eletrônicos para o embasamento teórico, assim podendo ser elaborado o questionário. No nosso questionário levantamos questões como: quantos anos o hotel esta no mercado, quantos leitos são adaptados para deficientes, quantos deficientes se hospedam por mês, se existe algum funcionário com deficiência, se existe algum funcionário capacitado para atender um deficiente e por fim buscamos saber se o hotel tem algum tipo de acessibilidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 15 hotéis entrevistados, verificamos que a sua maioria estão no mercado a mais de dez anos, ou seja, um tempo de funcionamento bastante

considerável onde pode trazer uma melhor forma de convívio entre hospedes, funcionários e os gestores. Esses hotéis têm em média 15 a 30 leitos o que traz mais comodidade e mais opções de escolha pelo cliente. Esse número de leitos também é muito útil na alta temporada. Porem verificamos que pouquíssimos ou quase nenhum hotel possui leitos adaptados para deficientes, mas que por conta do decreto nº 5.296/2004 e da fiscalização do Ministério do Turismo, alguns gestores estavam em processo de reforma para essa adaptação. Buscamos saber também sobre a quantidade de deficientes se hospeda por mês, contudo obtemos respostas indecisas sobre essa quantidade, pois elas são mínimas ao ano. Na questão da inclusão, buscamos saber se existia algum funcionário com algum tipo de deficiência que estivesse trabalhando nesses hotéis, porem em sua quase totalidade responderam que não haveria e somente um dos hotéis tem um funcionário com deficiência física e não existem funcionários em nenhum dos hotéis que possuía capacitação para lhe dar com uma pessoa com deficiência. Talvez pelo motivo da demanda ser muito pequena os gestores não vejam isso como um investimento ou diferencial, mesmo que o retorno seja a longo prazo. E por fim para uma melhor acomodação desses hospedes, trazendo bem-estar, segurança e satisfação do cliente com deficiência, analisou a estrutura física, onde nenhum dos hotéis possui sinalização para deficientes visuais, menos da metade possui um balcão com tamanho especifico para cadeirantes, a metade dos estabelecimentos tem fácil acesso e mais da metade há corrimãos e rampas para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida.

CONCLUSÕES

Concluímos que foi de suma importância para nosso aprendizado essa pesquisa, pois foram compartilhados um pouco conosco as vivências e as dificuldades que os funcionários passam em seu dia a dia. O que para nós foi imprescindível ver na pratica o que só obtemos de conhecimento em sala de aula. Vimos que a praia de Pipa é um destino turístico belíssimo mas que possui o mínimo de acessibilidade para pessoas com deficiência, podemos verificar também que a maioria dos gestores não se preocupavam em adaptar seus hotéis por conta da

infraestrutura da cidade em si, como a dificuldade dessas pessoas chegarem até o seu estabelecimento.

A praia de Pipa apesar de toda a dificuldade na infraestrutura e acessibilidade, ela ainda recebe muitos idosos, o que nos faz pensar que se os governantes investisse em melhorias nesse município, tanto na infraestrutura como também em treinamentos e conscientizações dos morados e gestores de hotéis, restaurantes, bares, o fluxo de pessoas com deficiência aumentaria o que geraria mais lucros para as empresas e consequentemente para o município.

REFERÊNCIAS

Analisando as Condições de Acessibilidade para Usuários com Deficiência Física numa Biblioteca Universitária em João Pessoa. João Pessoa: Biblionline, v. 8, n. esp. p. 3-17, 2012.

Cartilha de Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística. **Ministério Público.** Porto Alegre, 2010.

Conheça Pipa. Disponível em: <http://www.pipa.com.br/conheca>. Acesso em: 11 mar. 2015.

Inclusão Social da Pessoa com Deficiência: Medidas que Fazem a Diferença. Rio de Janeiro: IBDD, 2008, p. 312, 20 cm.

Leis e Decretos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2015.

Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br>. Acesso em: 11 mar. 2015.

Turismo em Debate: Acessibilidade e Inclusão nos Destinos Turísticos. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com>. Acesso em: 11 mar. 2015.